

## UMA ABORDAGEM DIALÉTICO-MATERIALISTA PARA A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO\*

Vera Maria Favila Miorin\*\*

A abordagem dialético-materialista contém, distintamente, a teoria e o método. Ao considerar os objetos da realidade, essa abordagem distingue-se pela posição ou ângulo em que coloca o pensamento frente a eles.

O materialismo representa o aspecto da teoria, enquanto que a dialética representa o aspecto do método, porém cada um destes termos sugere a produção do conhecimento pelos princípios:

- da primazia do real sobre seu conhecimento ou primazia do ser sobre seu pensamento;
- da distinção entre o real (o ser) e o seu conhecimento. Essa distinção da realidade é correlata a uma correspondência de conhecimento entre o próprio conhecimento e seu objeto.

Para BADIOU & ALTHUSSER (1979: 46-47), o primeiro princípio é o mais difundido, enquanto que o segundo é o mais essencial, embora nem sempre isto seja demonstrado; muitas vezes o segundo é substituído pelo princípio idealista da identidade entre o pensamento e o ser.

---

\* Artigo extraído da Tese de Doutorado da autora, denominada: **Modo de Produção e Organização do Espaço Agrário: Uma abordagem teórico metodológica**. Rio Claro, UNESP, 1988.

\*\* Professora do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria e Pesquisadora do CNPq.

A importância do segundo princípio está ligada à proteção que oferece ao materialismo, evitando um dupla caída no idealismo, isto é, tanto no idealismo especulativo (que reduz o ser ao seu conhecimento), como no idealismo empirista (que reduz o conhecimento ao seu objeto real).

Esse princípio, se fosse assumido com seriedade, apresentaria a particularidade de exigir um complemento teórico que permitiria a distinção materialista entre o objeto e seu conhecimento. Essa distinção implica necessariamente a presença teórica da história da produção desta diferença e de seu efeito (a correspondência de conhecimento). Por isso o materialismo é necessariamente dialético. A história, no sentido teórico, sob a forma da dialética, é presença como categoria que constitui o próprio materialismo.

Os dois princípios do materialismo podem ser entendidos como os princípios de uma relação anterior ao processo de uma história da produção de conhecimentos, e não como princípios que teriam valor por si mesmos, aplicáveis exteriormente a diferentes objetos, sendo um deles a história.

Vista dessa maneira, a abordagem contraria a metafísica, ao ver a realidade como um todo unido e coerente, onde os objetos e os fenômenos são ligados organicamente entre si, dependentes e condicionados reciprocamente.

E ainda contrária à metafísica pela condição de ver a realidade como um estado de movimento e de mudança perpétua de renovação e desenvolvimento, onde sempre algo nasce e se desenvolve, e algo se desagrega e desaparece.

Em virtude destas posições, a abordagem considera um movimento constante, que passa de mudanças quantitativas insignificantes e latentes para mudanças aparentes e radicais, que são as mudanças qualitativas. Nestas, as mudanças de qualidade não são graduais, mas rápidas, súbitas, operando-se, por saltos, de um estado a outro, e constituindo-se, portanto, como resultado da acumulação de mudanças quantitativas insensíveis e graduais.

Por sua vez, as mudanças pressupõem que os objetos, os fenômenos implicam contradições internas. Eles têm sempre um lado negativo e um lado positivo, um passado e um futuro. Todos têm elementos que desaparecem ou que se desenvolvem.

Uma luta se estabelece, a luta desses contrários, a luta do antigo e do novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que desaparece e o que se desenvolve. É o conteúdo interno do processo de desenvolvimento e da conversão das mudanças quantitativas em mudanças qualitativas.

Esta lógica do método permite elaborar um critério geral de interpretação dos objetos, onde se conciliam os aspectos contraditórios de como se apresentam na realidade.

A lógica do método permite conceituar os objetos, os fenômenos, sem excluir nem subestimar a uniformidade e permanência, postuladas na identificação, e que correspondem a um aspecto da realidade em suas relações com o homem. O método permite, ainda, a visualização e análise da multiplicidade e da variabilidade que constituem outro aspecto que se considera no objeto e que dele faz parte por ser inerente à matéria.

Desde a filosofia antiga, tornou-se aquisição do pensamento humano a idéia da incriabilidade e indestrutibilidade da matéria. Ela é, portanto, eterna.

Nenhuma das suas partículas pode surgir do nada ou desaparecer sem deixar vestígios. Assim, a lenha que queima não se transforma em "nada". A sua própria origem, como madeira, resultou da combinação química de inúmeros elementos em um tempo passado. A matéria é, portanto, toda a realidade objetiva. A sua noção compreende um variedade infinita de objetos, fenômenos e processos existentes fora da consciência humana.

Toda matéria tem propriedades e estas são infinitamente multifacéticas. Existem ainda, propriedades fundamentais da matéria, que são características de todos os objetos e fenômenos - são os atributos. Eles são inseparáveis da matéria. Ao perder o atributo, o próprio objeto deixa de existir e dá lugar a um outro objeto proveniente dele, porém distinto, como, por exemplo, o movimento.

As substâncias, na natureza, apenas completam um movimento cíclico, em uma escala transitória de tempo relativo, nas formas concretas da matéria em movimento. A cada uma destas formas acrescenta-se um caráter relativo às leis concretas do movimento

O movimento, como modo de ser da matéria e em seu contexto universal, é absoluto, porém todas as manifestações deste movimento são relativas.

A matéria expressa-se no princípio do autovolvimento sem interferência estranha e segundo suas próprias leis. Ela, em seu movimento, cria a diversidade e a riqueza do mundo, pois toda transformação que se expressa no movimento se caracteriza pelo objeto que se movimenta. O objeto em movimento aparenta certa estabilidade quando alguns dos seus aspectos se conservam. Isso define a associação entre movimento e estabilidade - repouso. Este, por sua vez, determina-se pelo caráter de temporariedade de sua aparência.

Todos os objetos materiais que se movimen-

tam possuem dimensão, volume e comprimento (estrutura) estabelecidos, além de posição correlata. Eles também estão ligados por relações de sequência quando um objeto antecede a outro ou o substitui. Isso mostra que eles existem no espaço e no tempo.

As realidades objetivas determinadas pelo espaço e tempo, sendo formas de existência dos objetos, têm suas características espaciais e temporais manifestadas no movimento do espaço e do tempo.

Os objetos, através da velocidade (ritmo do movimento) que executam, relacionam sua transformação e o tempo necessário para executá-la. Isso é expresso como a interrelação entre o espaço e tempo.

Essa maneira de ver o espaço e tempo como realidades objetivas caracteriza a diferença básica do materialismo para o idealismo. Este vê o espaço e o tempo como formas de contemplação humana.

Essas posições, indiscutivelmente, colocam-se como cruciais à reflexão geográfica, considerando-se que nela o espaço é o objeto de conhecimento.

A maneira como ele será considerado pode afastar ou aproximar a reflexão daquilo que se chamaria de verdade científica.

A aceitação da realidade objetiva conduz à aceitação do espaço e do tempo como realidades concretas, independentes da percepção humana. Isso remete à análise das posições de entendimento do espaço e ao seu confronto estabelecido pelas correntes filosóficas idealista e materialista.

Como aparece definido por Fataliev (apud Oliveira, in: SILVA, 1984:22):

"... o idealismo considera o espaço e o tempo como

formas subjetivas da percepção condicionadas pela natureza da consciência humana, ou como momentos do desenvolvimento da idéia absoluta."

Para Oliveira (apud SILVA, 1984:72), o confronto existente ocorre no cerne do entendimento do espaço, isto é, na negação do espaço como realidade objetiva e como forma de existência dos objetos pelos idealistas e, também, da negação da indivisibilidade do espaço e do tempo em relação aos objetos em movimento. Este laço de unidade orgânica é o que condiciona, em última instância, a unidade do mundo material.

As posições do materialismo antigo são responsáveis pelo pequeno avanço nos estudos referentes às questões da natureza do espaço e do tempo. Hoje já se pode afirmar que a natureza do espaço e do tempo é a responsável pela forma essencial da existência dos objetos, forma essa que se manifesta pelo movimento.

A contribuição proveniente da teoria da relatividade estabeleceu a dependência do movimento às características espaciais dos corpos. Einstein determinou que o curso do tempo e a duração dos processos são fenômenos relativos. Com isso, inaugurou uma nova forma de conhecimento das propriedades espaço-temporais objetivas da matéria nos seus diferentes níveis.

O progresso da ciência sempre auxiliou a elaboração das representações do real e fez com que estas mudassem e se fizessem mais exatas e mais profundas com o tempo. Sua variabilidade, porém, não significa que o espaço e o tempo não existam como realidades objetivas e nem que a existência da natureza e do homem no espaço e no tempo, seja invariável.

Desse modo, somente a matéria (objeto) como conceito central da filosofia dialético-materialista, apresenta-se capaz de explicar os fenômenos da natureza e da sociedade.

A atividade prática do homem não tem êxito sem que ele considere, em suas ações, as propriedades dos objetos e as leis do mundo material. Assim, a consciência humana surge como forma superior de reflexo do mundo exterior, porém lhe é secundária porque, considerando a relação no tempo, a matéria antecede a consciência. O conhecimento, no método dialético-materialista é, propriamente, uma produção do pensamento, resultado de operações mentais e formação dos conceitos com que se representa a realidade objetiva, refletida na consciência.

O mundo exterior compreende a Terra e a vida orgânica que existiam muito antes da aparição do homem e da sua consciência. A consciência é secundária enquanto reflexo do mundo exterior e da natureza que compõe a sociedade. A sociedade, por sua vez, é objeto da consciência e determinante do conteúdo do conhecimento científico. Isso não significa dizer que a consciência é dada ao homem a partir da natureza e do mundo exterior. A formação do conteúdo do conhecimento, particularidade constitutiva da consciência, tem sua origem nas relações materiais, na atividade produtiva, no desenvolvimento da produção e de novos tipos de relações entre as pessoas. E a consciência que torna diferente, no homem, o reflexo do mundo externo.

Por isso, a consciência não é um produto natural ou biológico, mas um produto social, ainda que não sendo um produto passivo das relações sociais. A consciência surge porque, sem ela, os seres humanos não poderiam organizar a produção e outros estágios da atividade social.

A elaboração dessa organização exige que o indivíduo transponha para sua cabeça o material e o transforme em ideal, como Marx o reconheceu. Isso significa que a consciência tem papel de imagem subjetiva do mundo objetivo. Ela existe sob a forma de objetivo,

ideais, conceitos e representações sensitivas.

O mundo reflete-se na consciência do homem com toda a sua riqueza e diversidade.

No exercício de ver, sentir e saber o objeto, envolvendo o processo do conhecimento, deseja-se alcançar a verdade, isto é, a correspondência correta entre o objeto real e a imagem que surge dele na consciência humana.

Quando isso é possível, as sensações, as percepções, as noções e os conceitos correspondem ao objeto de conhecimento, reproduzindo, de modo ideal, suas propriedades verdadeiras.

Na filosofia dialético-materialista, o termo verdade liga-se à representação correspondente entre os objetos reais e as imagens que dele surgem na consciência. Disso decorre um conceito importante da teoria do conhecimento - o conceito de verdade objetiva.

A verdade objetiva é um conteúdo de imagens sensitivas ou lógicas na consciência, corresponde ao objeto de estudo, depende dele, mas está determinada pela consciência.

Portanto, a consciência é uma forma especial de reflexo da realidade e própria do homem.

Os filósofos da corrente idealista fizeram da consciência uma entidade especial e atribuíram-lhe uma capacidade própria de criar o mundo. Ocorre que a criação do mundo na consciência não é fruto único da imaginação humana, é uma construção ideal de uma realidade material objetiva.

O mundo é a realidade material em transformação e em contínua construção, realizada por pessoas que vivem em determinada época e num sistema de rela-



ções sociais. As relações são tomadas no sentido do modo como as feições e situações da realidade exterior ao pensamento conhecedor, que constituem o objeto do conhecimento, se dispõem e se compõem, em si e entre si, no espaço e no tempo.

Em decorrência dessa dinâmica, a formação do conhecimento acontece pela apreensão e representação mental da disposição, da simultaneidade e da sucessão das feições do universo, ou das relações presentes na realidade e nela incluídas.

O grau de transformação do mundo, encontrado pelas gerações sucessoras, depende das relações sociais de produção das gerações anteriores e da atividade prática de desenvolvimento da consciência do grupo humano antecessor.

Entretanto, a cada geração aumenta o número de objetos na realidade, descobrem-se os seus aspectos, suas propriedades e se esclarecem seus meios de ação. A cada geração, no processo da atividade humana, também se descobre que uma ação pode se realizar de diferentes maneiras e por meio de diferentes instrumentos e que um mesmo instrumento pode ser usado para a realização de diferentes ações. Assim, uma ação vai-se desligar do objeto e do instrumento de ação na consciência humana.

A contínua descoberta de propriedades comuns aos objetos conduz à formação de conceitos. Estes deverão refletir as ligações e os aspectos abstraídos dos objetos e das situações concretas, para formar a imagem abstraída e enriquecida de conceitos. Deste modo, os conceitos transmitem o conhecimento concreto sobre o objeto.

Na verdade, é no processo da atividade humana que se determina a formação da imagem concreta através dos conceitos, pois é neles que se representam os traços mais característicos do objeto.

Na ciência, o entendimento de fenômenos complexos que possuem uma grande quantidade de aspectos, contornos e ligações, realiza-se pelo método de transposição do abstrato ao concreto.

Em Marx, o método, ao considerar a realidade, parte para o seu conhecimento, na perspectiva da unidade universal - espaço - e do tempo, ou seja, a incessante transformação desse conjunto, que antes é processo em constante devir. Por outro lado, correspondendo a esta maneira de enxergar a realidade, o conhecer consiste em, progressivamente, apreender e descrever aquela unidade universal, o que nos é dado pelas relações que a compõem, pela estrutura dessa unidade universal e pela sua disposição espacial e temporal. A isso PRADO Jr. (1979) chama a sincronia e diacronia.

Na análise, há a determinação de relações e há a separação ou decomposição do todo, por não haver análise sem síntese e, inversamente, esta sem aquela. Trata-se de uma operação que conjuga e se faz, efetivamente, num só todo.

É dessa forma que se reconhecem as categorias para análise em dialética. Os passos deste método são:

- criar as alterações científicas refletidas dos aspectos isolados do objeto estudado (definição das categorias que compõem o objeto);
- passar da abstração de um aspecto isolado a outro, permitindo que se penetre, lentamente, na profundidade do objeto, determinando o sistema de relações no qual se integra, se revela e se define. Este processo não significa a simples enumeração ou a soma mecânica das abstrações, mas formula, via abstrações, determinados sistemas,
- alcançar progressivamente a perspectiva do sistema de conjunto, onde as relações entre os sistemas refletem a relação interior dos aspectos

- do próprio objeto de estudo;
- perceber a feição que, na dimensão histórica (sucessão), representa o momento decisivo de maturação do sistema de relações.

Desse modo, avança-se para o conhecimento integral e real do objeto.

Esse foi o método utilizado por Marx no **O Capital**. Através de abstrações como mercadoria, custo e outras, ele não só descobriu o sistema capitalista como penetrou no seu mecanismo interior e explicou as leis do seu movimento.

Entretanto, Marx não desenvolveu sistematicamente a teoria do seu método: limitou-se quase só a aplicá-la, tornando-se necessária, portanto, a assimilação da dialética hegeliana, para compreender-se em profundidade o método.

Assim, sob a influência da atividade prática e da existência de pensamentos abstratos, o método dialético-materialista faz com que os mecanismos de percepção sensitiva mudem sensivelmente. Estes, porém, não podem ser criados sem a participação da inteligência, sem o uso de conhecimentos teóricos. Por outro lado, o uso do conhecimento sensitivo não pode ser evitado, mesmo pelo mais teórico dos estudiosos.

Por tudo isso, conclui-se que o conhecimento tem um caráter dialético por supor uma interação constante dos momentos sensitivo e racional e pelo seu mútuo condicionamento, pois, toda a base da atividade cognitiva é a prática, isto é, a variação ativa e a transformação da realidade pelo homem.

1 - O Espaço/Tempo como Dimensões Relativas e Absolutas

Sob o ponto de vista da dialética espaço e tempo exprimem continuamente um SER (EXISTIR) e um vir a SER (VIR A EXISTIR). Daí a dialética materialista considerar o espaço e o tempo dotados de dimensões relativas e absolutas e refletidas na consciência humana.

O desenvolvimento da produção e de novos tipos de relações entre as pessoas reflete-se na sucessão do modo de produção na história, determinando o desenvolvimento progressivo da humanidade. Esse, por sua vez, pode ser determinado pelo modo de produção das forças produtivas, traduzindo a ação humana na natureza e as relações de produção definidas pelo tipo de relações entre as pessoas.

A reflexão da consciência humana, a partir do reflexo do mundo externo, concebe a base econômica da sociedade (infraestrutura) e a superestrutura social, compondo o complexo orgânico unitário definido pela formação econômico-social.

No estudo da formação econômico-social, deve-se considerar, segundo a dialética materialista, cada estágio de desenvolvimento como condição de organismo social único.

Isso significa dizer que espaço produtivo social faz parte de um processo histórico, materializado, em função da produção do grupo social, em duas dimensões: a histórica e a dimensão do presente. A primeira, como realidade qualitativa, portanto superior, matem o estágio histórico enquanto necessário, pois a cada mudança do processo histórico, ocorre mudança qualitativa no espaço geográfico; enquanto a dimensão do presente, será definida pelo espaço de nossa vivência cotidiana e submetida ao impacto progressivo das mudanças quantitativas.

Desse modo, o espaço é um testemunho de momentos de um modo de produção, no qual, em cada paisagem

criada, fixa-se a construção das forças produtivas.

Ao testemunhar um modo de produção, o espaço determina-se como um forma durável, por ter um ritmo de mudanças mais estável e, por isso, sobrepor-se aos processos. Muitas vezes, alguns processos até adaptam formas pré-existentes, enquanto que outros criam novas formas para inserirem-se nelas. Ao modificar-se a forma, constitui-se um novo estágio do modo de produção. Assim, a organização espacial, como espaço organizado a partir da atividade do homem, é uma estrutura subordinada-subordinante: subordina-se à reprodução das relações de produção, mas, ao mesmo tempo é estrutura subordinante por manter relações de produção históricas, coexistentes com reproduções avançadas.

No espaço estão as formas passadas de cada modo de produção ou de seus momentos. Embora o espaço seja submetido à lei de totalidade, há a manifestação de leis próprias, específicas de sua evolução.

O espaço, como resultado de formas acumuladas do modo de produção, tem sua infra-estrutura contínua, por ser indivisível em cada estágio do modo de produção (espaço subordinado). Uma vez esgotados os valores de sustentação de um estágio histórico, ocorrerá a descontinuidade e a conseqüente re-produção\* material (via espaço subordinante) das formas espaciais antigas, persistentes através das relações de produção.

O espaço sobreviverá, pelas suas formas, às mudanças de acomodação do modo de produção, e as novas formas surgidas serão definidas pela reprodução ampliada das relações de produção.

A dialética mostra que, no momento em que a forma deixar de corresponder ao conteúdo, ela passará a ser um freio ao desenvolvimento, surgindo a contradição expressa na unidade conteúdo-forma e forma-conteúdo. Isso ocorre até que a contradição destrua a forma obso-

---

\* **re-produção** - entendida como a repetição pura e simples de uma ação; ato de fazer de novo; retomar a ação.

leta, e o novo conteúdo adquira nova forma. Assim se explica a sucessão, no movimento, dos estágios do modo de produção e seu resultado, ou seja, a substituição, no processo gerador, de seu próprio movimento. O novo, como realidade e necessidade, encontra, no mesmo lugar de sua determinação (espacial), formas pré-existentes, às quais deve se adaptar para se determinar.

Estas considerações permitem refletir sobre o caráter daquilo a que o novo deve adaptar-se e como formar bases capazes de buscar o desejado.

O novo adapta-se a uma estrutura espacial anterior, determinada pela forma remanescente que a estrutura contém e que coexistirá, dialeticamente, até que se criem novas formas advindas de novas relações que irão aparecer, determinando rápidas transformações no espaço. Assim, o espaço assume a feição de produto da atividade humana.

Esta é a tendência de um espaço econômico no mundo atual, definindo-se cada vez mais como único, apesar das diferenças políticas e culturais.

Na organização espacial que trata do estudo das formas, funções no processo e estrutura resultante no espaço, há que considerar, como geográfico, unicamente o espaço das relações. Esse é o espaço humano em suas distintas naturezas e representa o instrumento de reprodução de vida e de renovação constante de suas formas pela práxis da reprodução.

Nesse caso, o espaço geográfico é o produto, num dado momento, do estado de produção das relações, pois expressa a forma dessa produção e caracteriza-se pelas funções provenientes do modo de produção existente. Ele contém, portanto, as estruturas necessárias ao desenvolvimento dos meios de produção e das relações de produção no grupo econômico-social existente.

Isso é válido para uma definição de espaço localizando apenas um estágio (momento) da produção e reprodução da vida. Ele se torna produto histórico, resultante da atividade de uma série de gerações que, através de seu trabalho acumulado, têm agido no espaço, modificando-o, transformando-o e humanizando-o, tornando-o, enfim, um produto cada vez mais distanciado do meio natural, ao ser visto como resultado da manifestação das formas de reprodução da vida.

Considerando que as relações de produção de uma dada sociedade apresentam-se de forma diversa e sob diferentes graus de desenvolvimento, formam-se tipos espaciais distintos a partir das relações de produção, do rito do movimento dessas relações e dos meios de produção, criando-se as paisagens.

Urbana ou rural, a paisagem é uma forma espacial na qual se manifesta a diversidade qualitativa e quantitativa das relações de produção e dos meios de produção de um modo produtivo. A paisagem assume um aspecto formal, advindo do modo de produção da sociedade num determinado momento de sua organização.

Deve-se lembrar que a paisagem atual aparece como mediação entre a paisagem passada e futura, revelando as características de cada estágio de seu desenvolvimento produtivo.

O caráter normal e aparente de certos meios de produção e das relações de produção pode ser explicado pela coexistência de formas atrasadas e desorganizadas com as inovações de um processo que está por se constituir, mas ainda não pôde adquirir suas feições definitivas.

O estudo do modo de produção atuante, como o tipo de ação no espaço a lhe conferir determinada feição, serve para conhecer o objeto de investigação da geografia e, através das categorias de atuação do modo

de produção, como espaço jurídico-político, espaço ideológico e formação econômico-social, definir esse objeto. Para isso, usam-se categorias como elementos a refletir os traços, os aspectos e as propriedades mais gerais da realidade presente ou passada.

A atuação do modo de produção, através de suas forças produtivas, ao produzir e reproduzir, cria formas no espaço, constrói categorias específicas de conexão e realiza as transformações necessárias ao estabelecimento de novos estágios de reprodução das relações produtivas. Assim, vão-se criando novas formas no espaço, afastando-o das formas passadas e constituindo novas paisagens.

Conhecer as categorias de atuação é definir o objeto através da ação que se instala na sua formação.

Chega-se, desse modo, pelo conhecimento da ação, à compreensão do objeto no presente e no passado.

Entretanto, é necessário destacar o território de ação de um modo de produção responsável por uma certa formação econômico-social, o Estado-Nação. SANTOS (1982:28) define-o como sendo a totalidade, por entender que o mesmo age como a unidade geográfica de estudo, onde a reprodução das relações de produção se mantêm.

Isso explica por que Santos considera os recursos do Estado-Nação indivisíveis. Em cada período histórico, eles se combinam e se distribuem diferentemente. Não se pode separá-los, sob pena de não se conhecer o objeto e nem de defini-lo.

As combinações dos recursos ocorrem em determinados lugares e com um grau de intensidade de relações produtivas, marcando diferenciações espaciais e criando definições específicas para cada lugar.



Não se deve confundir essa diferença de combinação dos recursos no tempo/espço com o que seria a região. Para esta, SANTOS (1982:28) explica.

"A **região** não é mais do que uma subunidade, um subsistema do sistema nacional. A **região** não tem existência autônoma, ela não é mais do que uma abstração se a tomarmos separadamente do espaço nacional considerado como um todo".

Para Santos, a combinação dos recursos leva à diferenciação de dois tipos de estruturas de uma formação econômico-espacial: as estruturas simples e as complexas. São simples as estruturas que permitem análises dentro de uma categoria, cujas relações existentes estão no seu próprio núcleo, como acontece, por exemplo, na estrutura demográfica e na estrutura econômica, entre outras. As estruturas complexas, por sua vez, permitem análises entre categorias. O centro das relações não reside mais no núcleo de uma categoria, mas no limiar de interferência das diferentes categorias.

Ainda é SANTOS (1982:28) que simplifica esse entendimento escrevendo:

"A estrutura espacial seria exatamente isso: a combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de classe específica, de uma estrutura de receita específica, de uma estrutura de consumo específica, etc.; e de uma organização também específica das técnicas que estão na base das relações entre as estruturas e os recursos. A realidade social é o resultado da interação de todas essas estruturas. As transformações na organização do espaço são simplesmente modificações do valor relativo de cada conjunto local de variáveis. Por local entendemos segmentos ou momentos que são simples frações de uma variável em seu todo, ou seja, como ela se constitui na totalidade, isto é, no Estado-Nação."

O estudo das categorias, bem como sua análise, realiza-se através do método do materialismo histórico.

## 2 - O Materialismo Histórico

O materialismo histórico está constituído pelos modos de produção, sua organização, seu funcionamento, e suas transformações. É a teoria da história, teoria dos diferentes modos de produção e, por seu próprio sentido, é a ciência da "totalidade orgânica", como Marx definiu (apud BADIOU & ALTHUSSER, 1979:35-36). Ele é, também, a estrutura que constitui toda a formação social dependente, daí ser considerado o método de conhecimento da sociedade sob o ponto de vista da materialidade, fruto da produção da interação dos homens, existindo e desenvolvendo-se pelas suas próprias leis. Deste modo, o materialismo histórico se coloca como uma verdadeira teoria geral do desenvolvimento da sociedade, ligando-se à dialética materialista para analisar todas as formas de movimento da matéria.

Vista por esse ângulo, cada estrutura social compreende, como explicou Marx, o conjunto articulado de seus diferentes "níveis" ou "instâncias", ao que BADIOU & ALTHUSSER (1979:35), chamam:

"... a infraestrutura econômica, a superestrutura jurídico-política e a superestrutura ideológica. A teoria da história ou materialismo histórico é a teoria da natureza específica desta **totalidade orgânica** ou estrutura, e portanto do conjunto de seus **níveis** e do tipo de articulação e de determinação que os une uns aos outros."

Para BADIOU & ALTHUSSER (1979), a teoria da história ou materialismo histórico fundamenta as relações entre os níveis e determina, ao mesmo tempo, um grau de autonomia relativa para as várias instâncias ou níveis em estudo e análise. Deste modo, a análise pode considerar cada um dos níveis como um todo parcial, uma estrutura regional, e ser, ao mesmo tempo, objeto de um tratamento científico, relativamente independente.

Seguindo esse raciocínio, pode-se estudar separadamente, em um modo de produção - levando-se em conta essa autonomia relativa - seu nível econômico, político ou outros, como suas formações ideológicas, filosóficas, estéticas, científicas. Então, através do conhecimento das leis gerais da sociedade, será possível determinar os princípios iniciais da análise da formação da vida em sociedade, segundo o esclarecimento de suas categorias.

A formação econômico-social é possível de ser analisada ainda que seja apenas o resultado da interação de muitos fatores que chegam ao presente, mas deve-se entender que o estudo dos fenômenos sociais atinge os interesses materiais das pessoas, que ditam, através das ideologias das diferentes classes, abordagens opostas destes fenômenos entre classes opostas.

No estudo da formação econômico-social, deve-se tratar os fenômenos sociais como o estudo básico material que determina os processos sociais, políticos e espirituais da vida da sociedade. Deve-se entender, também, que a formação social é um organismo onde os fenômenos sociais atuam uns sobre os outros, na base da vida material da sociedade, e possuem leis específicas que regem seu surgimento, funcionamento e transformação em outro organismo social.

Assim, o conceito de formação econômico-social possibilita o início do estudo do processo

histórico, na medida em que possibilita levar o aparente caos da vida social até a história das sociedades concretas, ulteriores e naturalmente em mutação.

Karl Marx entendeu que as relações econômicas de produção são fundamentais e determinantes de todas as outras relações e que as relações de produção formam a estrutura econômica - a sustentação de cada sociedade. Marx viu, também, que as relações de produção se materializam através da superestrutura político-jurídica estatal e das diferentes formas do pensamento social existentes.

Em lugar de um raciocínio sobre o que é e o que não é importante na vida da sociedade, coloca-se a diferença entre a estrutura econômica da sociedade, como conteúdo, e a sua forma política e ideológica.

Na verdade, a base econômico-material de uma formação econômico-social contém um determinado modo de produção e reprodução da vida social. O modo de produção, que constitui a fase econômico-material, a sua infra-estrutura e o seu edifício econômico, é expresso pelas forças produtivas que exprimem as relações do homem com a natureza. A reprodução da vida social, por outro lado, faz-se pelas relações de produção, as quais exprimem as relações dos homens entre si.

Na base econômico-material de cada formação, forma-se uma infra-estrutura, e uma superestrutura. A infra-estruturase constitui no conteúdo da formação econômico-social, ao traduzir as relações de produção, quando relacionadas com as forças produtivas. Já a superestrutura tem uma composição extraordinariamente complexa, caracterizada pelos aspectos sócio-políticos e intelectuais. Mas tem, também, uma composição ideológica, formada pelo conjunto de idéias, que refletem determinadas relações sociais e exprimem os interesses das classes que compõem os grandes grupos sociais. A ideologia diz respeito, ainda, ao pensamento, ao estado de espírito e aos anseios pessoais, pela

influência das condições sociais de vida:

- relações ideológicas, constituídas em conformidade com determinadas idéias, designadamente políticas, jurídicas, morais, religiosas;
- instituições e organizações fundadas conscientemente, representadas pelo Estado e as instituições jurídicas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações religiosas, as instituições culturais, etc.

Deve-se entender que as idéias, as relações ideológicas, as instituições e organizações, nas diferentes formações, não são iguais. Por isso diz-se que a superestrutura é um fenômeno necessário em todas as formações econômico-sociais e específico para cada uma delas.

A superestrutura imbrica-se ativamente com os outros fenômenos sociais e tem uma influência vital no desenvolvimento das formações econômico-sociais.

Cada sociedade constitui uma formação econômico-social e é um conjunto complexo de diferentes fenômenos sociais, que não são reduzíveis apenas às infra-estruturas e às superestruturas.

Na verdade, toda sociedade contém uma determinada formação, a qual constitui um conjunto complexo de fenômenos sociais, para cuja análise é preciso considerar:

- o caráter de carência social, gerador de um dado fenômeno;
- a originalidade desse fenômeno, sob o ponto de vista social e econômico;
- o caráter de suas ligações com a infra-estrutura, a superestrutura e outros fenômenos;
- o seu papel na vida da sociedade em que está in-

troduzido.

Ao longo do tempo, no desenvolvimento de cada sociedade, substituem-se formações econômico-sociais e, nesta dinâmica, ocorre a relação do homem com a natureza, o crescimento da população, o significado das leis econômicas e as relações de produção coletivistas.

As relações homem e natureza ajustam-se entre si e efetuam suas trocas à base de uma viva atividade transformadora. Com a ajuda do trabalho, os homens criam para si um meio artificial, uma segunda natureza, a qual determina a sua existência e o seu desenvolvimento. A base imediata do aparecimento e do desenvolvimento da sociedade é a produção, e não a natureza. Essa tem como função estabelecer um caráter de interação com a sociedade. Quando as condições da natureza são desfavoráveis, dificultam o desenvolvimento da sociedade.

Nesta linha de raciocínio, pode-se dizer que a sociedade atua sobre a natureza, e seu caráter de atuação depende do regime social. Não é possível, portanto, encarar a natureza como a força determinante da sociedade, pois é o crescimento da população que possibilita o desenvolvimento social, ainda que não seja a causa mais importante do progresso da produção e da sociedade.

O progresso da sociedade determina-se pelo desenvolvimento da produção. O processo do trabalho realiza-se sempre sob determinadas relações de produção, diferenciando-se as formações econômico-sociais pelas leis econômicas próprias a cada uma.

Desse modo, a correspondência entre as relações de produção e o caráter e nível de desenvolvimento das forças produtivas tem um significado especial. Essas forças produtivas exprimem a inter-relação da produção no desenvolvimento de qualquer formação. Entretanto,

to, considerando-se que o desenvolvimento econômico determina o desenvolvimento de todos os outros aspectos da vida social, é importante a correspondência entre as relações de produção e o caráter e nível de desenvolvimento das forças produtivas. Essas correspondências esclarece, em resultado de sua ação, como acontece a mudança não só da produção, mas também de outros aspectos da vida social determinados pela produção. As relações de produção devem estar de acordo com as forças produtivas. Isso significa que as relações de produção dependem do nível de desenvolvimento e do caráter das forças produtivas, as quais se constituem no aspecto mais importante e mais ativo da produção. Para KOVALHOV (1975:196), estas relações estabelecem uma lei que explica:

"... a lei da correspondência exprime a interação das forças produtivas e das relações de produção. O caráter dessa interação está em última análise condicionado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, como aspecto determinante da produção social."

Continuando sua explicação, Kovalhov entende ser possível ver, através da lei da correspondência, o desenvolvimento das formações econômico-sociais na história; por exemplo, a formação capitalista.

A aplicação dos conceitos do materialismo histórico aos estudos da organização espacial permite a análise do fenômeno da reprodução do espaço a nível de sua infra-estrutura. Esta será observada através dos diferentes estágios de desenvolvimento que ocorrem no processo reprodutivo da organização espacial e nos ramos da produção, considerando-se, ainda, que toda a composição orgânica dessa infra-estrutura será diferenciada através do tempo. A divisão espacial do trabalho expressa as relações de produção, pontuando diferentes graus de evolução sobre variadas parcelas do espaço, em um mesmo período de tempo.

Desse modo, é necessário desenvolver um raciocínio sobre a organização espacial a partir do processo de produção do espaço e de sua estreita ligação com a produção e reprodução do modo de produção vigente.

O espaço torna-se, pois, um produto das relações sócio-econômicas especificadas por uma relação definida entre as diversas categorias de uma estrutura econômico-social determinada, ou seja: econômica, social, jurídico-política, ideológica e pela conjuntura das relações sociais que daí decorrem.

Assim, a organização espacial, enquanto sujeita aos processos de produção, é um produto do modo de produção.

A organização espacial traduz as relações que se processam no espaço, fruto da formação existente, regida pelo modo de produção. No âmbito da categoria social que compõe a organização espacial, o espaço da sociedade é definido pelo conjunto:

- da repartição espacial verdadeira, como os estabelecimentos de produção, agrupamentos de localidades em conexões;
- das normas que presidem a esta repartição, representadas pela ocupação do espaço, hierarquização econômica, política, cultural dos agrupamentos de localidade e tipos de conexões;
- dos mecanismos econômico-sociais nos quais o espaço está implicado como efeito ou causa, determinados pela produção social das formas espaciais e pelo papel no processo histórico.

### 3 - A concepção do desenvolvimento do espaço no método dialético-materialista



Os objetos ou fenômenos do mundo que nos rodeia, incluindo nós mesmos, não existem isoladamente uns dos outros. Eles ocorrem segundo uma determinada influência entre si, dependem uns dos outros. Essas relações intercondicionadas dos objetos ou fenômenos são estudadas por diferentes ciências. Cada uma das ciências estuda determinados objetos e fenômenos e, conseqüentemente, determinadas relações entre os mesmos.

Entretanto, há relações entre os objetos que são casuais e, por isso, não deixam atrás de si um efeito sensível. Essas relações não dirigem os processos e, portanto, não orientam as leis.

As ciências, ao estudarem a diversidade de relações entre os objetos e fenômenos, separam aquelas relações que são mais importantes para os objetos, as relações que dirigem os processos que ocorrem nos objetos - as leis.

As leis definem-se por serem as relações que existem realmente. Elas existem independentemente de seu conhecimento pelas ciências.

O conhecimento das leis, às quais os objetos obedecem, permite prever os caminhos das transformações dos objetos e de seu desenvolvimento. O método dialético-materialista coloca diante de si o problema de aprofundar e sistematizar leis que sejam manifestações de objetos ou fenômenos de todas as esferas do mundo real. Esse é o método que usa as leis mais gerais, às quais os fenômenos da natureza, da sociedade e da consciência humana obedecem. Quando aplicado ao estudo da investigação do espaço geográfico, segue certas leis gerais, orientadoras das interações das categorias componentes da organização espacial em causa.

A aplicação das leis gerais, para compreender o processo dialético existente no objeto de investigação, não exclui a presença e nem anula a necessidade da análise de leis menos gerais, mas que abrangem o objeto quanto à sua amplitude.

Dessa forma, aplicando-se certas leis, pode-se obter resultados importantes como:

- Lei da Unidade e Luta de contrários - respondendo à questão de saber por que ocorre o desenvolvimento, fornece o impulso à variação e ao desenvolvimento das coisas;
- Lei da Transformação das Variações Quantitativas em Qualitativas e Inversamente - para analisar o mecanismo do processo de desenvolvimento, parte das mudanças qualitativas e quantitativas que os fenômenos sofrem quando da passagem de um estado a outro e de sua transformação completa;
- Lei da Negação - responde sobre o tipo de relação entre o antigo e o novo no processo do desenvolvimento. Possuindo um caráter contraditório, permite a repetição de algumas particularidades de etapas passadas em etapas de uma nova base qualitativa. Isto torna possível a previsão dos caminhos da transformação e desenvolvimento do objeto.

As leis inerentes ao método dialético devem ser aplicadas como o processo capaz de fornecer o quadro geral e orientar o conhecimento da realidade onde está inserido o objeto.

Em cada realidade, é necessário apreender suas contradições peculiares, seu movimento peculiar (interno), sua qualidade e suas transformações bruscas para reencontrar o objeto em sua unidade, isto é, no conjunto de seu movimento. Embora a análise inicial, destruindo o movimento com o objetivo de alcançar os seus elementos em suas conexões e relações internas, na totalidade, chegue de certo modo à abstração, declara

possível a reconstituição do todo e do movimento.

Por sua vez, a investigação, através do processo dialético, não generaliza o fenômeno a ser estudado; pelo contrário, insiste na originalidade de cada gênero deste e até mesmo de cada objeto separadamente, pois cada um possui sua qualidade e suas diferenças. Em verdade, a tarefa é de procurar a lei própria deste objeto - o seu devir.

A aplicação do método dialético, segundo suas leis essencialmente ligadas à realidade em movimento, permite o estudo dos objetos como algo dinâmico, evolutivo e mutável.

A Lei da Unidade e Luta de Contrários entende que, no mundo, existem os mais diversos objetos apresentando diferentes aspectos e traços próprios, entre eles existindo elementos contrários, como a matéria e a anti-matéria, o dia e a noite, as forças centrífugas e as centrípetas, os pólos negativo e positivo.

Os contrários são próprios não apenas do mundo real, mas também de nossa consciência. Nesse plano eles são a verdade e o erro, a verdade absoluta e a relativa.

Os aspectos contrários, os fenômenos contrários diferem radicalmente por algum sinal, traço, tendência, de tal modo que, se um aspecto tem esse sinal, então o outro não o possui. Entretanto, a diferença fundamental nos sinais não esgota a característica dos contrários. Eles não podem ser determinados como aspectos diferentes; são, antes de mais nada, aqueles que não podem existir um sem outro. Supõem-se mutuamente, cada um deles é a condição da existência do outro.

Pela coexistência dos contrários, ocorre o impulso à variação e ao desenvolvimento das coisas. Es-

sa idéia foi sistematizada, pela primeira vez, pelo filósofo dialético Hegel (apud KOVALHOV, 1975:89) afirma que a contradição

"... é a raiz de todo o movimento e vivência, é só porque alguma coisa contém em si mesma uma contradição, que ela se movimenta, possui impulso e atividade."

Hegel reconhecia a existência de uma contraditoriedade interior, propriedade não dos objetos em si, mas somente do pensamento, da idéia, gerando a transformação geral, o desenvolvimento.

Entretanto, a fundamentação científica do princípio da contradição, como fonte interior de desenvolvimento, só foi dada pelo materialismo dialético, quando indagou por que se desenvolve a sociedade; por que ela passou de comunidade primitiva, sem classes, ao estado escravagista e, deste, ao feudal; e por que, no momento, ocorre o capitalismo. A dialética materialista encontrou suas respostas.

Não devemos esquecer que existem teorias, como a da interferência do meio geográfico, que procuram explicar o desenvolvimento da sociedade como devido, apenas, à ação de fatores externos.

Segundo a teoria da interferência do meio geográfico, permanece a dúvida sobre o grau de influência dos fatores naturais: o relevo do lugar, o clima, o mundo vegetal e animal, cuja variação é de relativa lentidão e ação imperceptível, nas variações rápidas e essenciais da vida social.

A interferência do meio geográfico só ocorre no momento do processo evolutivo do homem. Ocorre quando ele produz sua vida, isto é, faz surgir do seio da natureza um mundo humano. É a paisagem humanizada, é o espaço geográfico na sua plenitude.

Entretanto, é um mundo dos objetos, dos produtos da mão e do pensamento humano. Os objetos constituem os bens e os meios do homem, por ele e para ele. Sem o homem, os objetos nada significam, pois são produto de sua atividade.

A relação que o homem estabelece com a natureza, o seu "outro", é uma relação dialética, recíproca. O ser humano não é nada sem os objetos que o cercam e servem. Na tomada de consciência de si próprio, na qualidade de pensamento humano ou de individualidade, o homem entende que não pode separar-se dos objetos, bens e produtos, estabelecendo uma relação dialética segundo uma unidade que não exclui a contradição; pelo contrário, pressupõe a luta através das relações qualitativas e quantitativas, em busca da unidade homem-natureza.

Nessa relação dialética de produzir a vida ocorre o movimento da sociedade determinado pela interação dos elementos contraditórios que nela e em suas relações surgem. Na medida do desenvolvimento da produção de bens materiais (produtos de alimentação, objetos domésticos, instrumentos de produção...), as necessidades sociais variam, acompanhando o nível do desenvolvimento da produção.

A incongruência que surge entre as novas necessidades e os meios de sua satisfação (um estado de luta interna) obrigam o homem a melhorar, constantemente, os instrumentos de produção, estabelecer relações dialéticas com a natureza em outro nível e, conseqüentemente, procurar a unidade em um novo estágio de relações.

Ao aperfeiçoar o seu conhecimento e capacidade, o homem muda a si próprio e ao seu "outro", introduzindo um novo grau de complexidade na relação existente entre eles.

A introdução de novos graus de complexidade nas relações ocorre por meio de contradições, podendo ser antagônicas e não-antagônicas. Quando antagônicas, elas não se resolvem nos limites do sistema onde surgiram. As não-antagônicas são contradições que se resolvem nos limites do sistema, por terem interesses básicos essenciais e coincidentes.

Além desses tipos de contradições, elas podem ser classificadas em contradições internas e externas ao objeto ou fenômeno. As contradições internas são inerentes ao objeto, são a contradição dele em si mesmo, determinando o caráter e o conteúdo do desenvolvimento, como as forças produtivas e as relações de produção no aspecto da produção. As contradições externas situam-se no nível do objeto, com outro objeto, influenciando no ritmo do desenvolvimento de cada um desses objetos, como acontece entre o homem e a sua ambiência.

Há, também, as diferenças básicas e secundárias do objeto ou fenômeno, que se relacionam à existência de aspectos, elementos do fenômeno que não são iguais no que se refere ao seu significado.

Todo fenômeno possui aspectos e elementos básicos, que foram a sua essência, e aspectos e elementos secundários, que dependem dos aspectos básicos.

Dessa forma, as contradições entre os aspectos e elementos básicos de um objeto ou fenômeno são as suas contradições principais, e as contradições entre os seus outros aspectos e elementos são secundárias.

As contradições básicas determinam as variações e o desenvolvimento do objeto ou fenômeno como um todo, ou seja, de todos os seus aspectos e elementos. As contradições secundárias somente determinam as suas partes, seus elementos isolados.

A variedade de tipos de contradições, própria dos objetos ou fenômenos, mostra quanto é complexa a realidade e como é importante saber se orientar nela.

A Lei da Unidade e Luta de Contrários tem como pressupostos:

- todos os objetos ou fenômenos do mundo real possuem determinados aspectos opostos que se caracterizam pelo fato de se diferenciarem fundamentalmente uns dos outros e, ao mesmo tempo, não podem existir uns sem os outros;
- pela luta, advém a exclusão, que é responsável pelo impulso para a variação e desenvolvimento do objeto.

Com tais pressupostos, a Lei da Unidade e Luta de Contrários representa a essência da dialética. O conhecimento concreto dessa lei é importante pois permite compreender a variação e o desenvolvimento da realidade como automovimento e não como resultante de uma ação externa.

No estudo de um objeto ou fenômeno, é importante esclarecer as contradições que surgem durante o seu desenvolvimento, considerando como e por que elas surgem. É necessário, também, esclarecer a existência das mais diversas contradições internas e externas, básicas e secundárias, antagônicas e não-antagônicas.

Tendo-se o conjunto das contradições, as características dos objetos e fenômenos, a complexidade de suas relações, a avaliação concreta de suas condições, as causas do surgimento de umas ou outras contradições, descobre-se verdadeiramente o objeto.

A Lei da Transformação das Variações Quantitativas em Qualitativas (e inversamente) foi formulada pela primeira vez por Hegel. As variações são anali-

sadas como Lei da Idéia Absoluta. Na verdade, ela é uma Lei Geral de Desenvolvimento do mundo objetivo atuante na natureza, na sociedade e no pensamento humano.

Ao conhecermos o mundo e ao transformá-lo, devemos levar em conta a relação necessária entre as variações quantitativas e qualitativas, como meio de não incorrer em uma abordagem unilateral dos fenômenos da realidade.

No decorrer das variações graduais quantitativas, criam-se condições para a transformação básica dos objetos. Assim também ocorre com a sociedade. O desenvolvimento não se dá por saltos; ele é, antes de tudo, o resultado das variações quantitativas para as qualitativas e, destas, para novas variações.

Desse modo, a Lei da Transformação caracteriza o desenvolvimento como um processo infinito de surgimento de objetos e fenômenos qualitativamente novos, como a evolução de uns objetos em outros.

A qualidade de um objeto da realidade é uma categoria que expressa uma determinante essencial, inseparável do objeto e, graças à qual, ele é exatamente este objeto e não um outro.

A princípio, a qualidade do objeto apresenta-se como uma propriedade que é manifestação de sua estrutura interna, isto é, dos elementos de que ela é constituída e de como esses elementos estão ligados. Os elementos interagem, organizados em um sistema único, completo e relativamente estável, constituindo a propriedade.

Para saber como se apresenta um ou outro objeto, é importante compreender, também, as funções desse objeto, isto é, sua finalidade, seu papel em relação a outros fenômenos. Assim, é necessário mostrar não apenas as propriedades e a estrutura dos objetos ou



fenômenos, mas também a sua função.

Dessa forma, a qualidade do objeto inclui em si diferentes particularidades dos seus aspectos (propriedade, estrutura, funções) que, no seu conjunto, definem e formam o objeto como algo específico, relativamente independente, porém inseparavelmente ligado a outros.

A quantidade sendo revelada através da propriedade do objeto, passa a ser o grau de uma ou outra de terminante qualitativa (propriedade), representando a sua determinante quantitativa, ou a sua qualidade.

Os objetos são constituídos de particularidades qualitativas e quantitativas. Entretanto, considerando-se as inter-relações da qualidade e da quantidade, descobre-se que elas são inseparavelmente ligadas. A definição de quantidade baseia-se no conceito de qualidade, uma vez que se subentende a quantidade de fenômenos qualitativamente uniformes.

Entretanto, a ligação de qualidade e quantidade aparece mais nitidamente nas variações dos objetos ou fenômenos.

As variações quantitativas são as mais perceptíveis, as mais visíveis e, portanto, as mais facilmente notáveis. As variações qualitativas dão origem ao aparecimento de novos gêneros, de outros objetos. Elas criam a evolução e o desenvolvimento a partir de um primeiro objeto. Essas mudanças, ao passarem os objetos de um estado a outro, transformam-no em um objeto completamente diferente. Tal processo de transformação é pouco analisado por não deixar nítida a variação. A obscuridade de sua ocorrência deve-se a uma das seguintes hipóteses: ou ela não é acompanhada em sua sequência, ou os sentidos humanos não captam a realidade em sua verdade.

A independência das variações quantitativas e qualitativas dos objetos em seu automovimento é aparente. Na verdade, as variações quantitativas conduzem a variações qualitativas até determinado momento. Nesse momento, basta uma insignificante variação quantitativa para que se tenha a medida necessária à ocorrência de uma variação qualitativa.

A característica quantitativa dos fenômenos revela-se de forma ilustrativa no processo de medição por métodos matemáticos, os quais permitem a determinação exata das características quantitativas de uma ou outra qualidade.

Na dialética, entende-se por medida o intervalo dentro do qual as variações quantitativas não conduzem às qualitativas, e o objeto não se transforma em outro. A medida é, na verdade, a unidade dos aspectos qualitativos e quantitativos de um objeto.

Esses pontos, a partir dos quais uma insignificante variação quantitativa provoca uma variação qualitativa, denominam-se, na dialética, de limites da medida.

Na variação qualitativa, o novo objeto também tem a sua medida e os seus limites de medida. Consequentemente, a transição de uma qualidade a outra sempre se apresenta como a transição de uma medida a outra.

A violação da medida e a mudança da qualidade do objeto denomina-se salto. Não deve ser tomado como algo instantâneo, ainda que possa ser de pouca duração. Os saltos são frequentemente lentos. As variações qualitativas da superfície de nosso planeta, dos organismos vivos e dos fenômenos sociais têm lugar no decorrer de muitos anos, séculos e até milênios.

Os saltos possuem uma duração dependente da

natureza do fenômeno, das condições concretas em que se realiza a variação qualitativa dada e das causas que a provocam.

O salto pode ocorrer de tal forma que a qualidade varie imediatamente e, em seu lugar, apareça logo uma qualidade nova.

Desse modo, podem ocorrer diferentes formas de salto: rápido ou lento, imediato ou gradual; porém, em todos os casos, ele representa uma alteração básica no desenvolvimento do objeto, porque interrompe a continuidade gradual da suavidade do processo de desenvolvimento, como observou Lênine (apud KOVALHOV, 1975:103):  
"... a vida e o desenvolvimento na natureza incluem em si a evolução lenta e os saltos rápidos, as interrupções da gradualidade."

O movimento da variação qualitativa e quantitativa, gerando a transformação, inclui, em si, a evolução e a revolução. Por evolução, entende-se o conjunto de variações de um objeto que apenas alteram traços, propriedades e características não-essenciais desse objeto, onde as estruturas se conservam. Ocorrem modificações na qualidade, mas o objeto se conserva o mesmo. Por exemplo: a mudança das forças produtivas e as relações de produção. As variações de ordem evolutiva significam a continuidade fundamental do desenvolvimento .

A evolução é a mudança do objeto em que sua estrutura e seus traços básicos variam essencialmente. O objeto se transforma em outro, diferente quanto à estrutura e às características.

A aceitação unilateral, só de variações evolutivas imperceptíveis ou só de variações quantitativas básicas, deturpa radicalmente o processo do desenvolvimento, tornando-o mais pobre e, nesse caso, não se pode compreender o desenvolvimento como processo de

surgimento do novo, daquilo que não existia antes. Nisso está, precisamente, a sua essência, e o desenvolvimento toma um caráter inexplicável, por ser difícil compreender como surgem as variações qualitativas essenciais.

Considerando que as variações qualitativas conduzem a mudanças nas características quantitativas, torna-se mais complexa a possibilidade de compreensão das variações qualitativas.

A Lei da Negação considera o processo de desenvolvimento de um fenômeno, estabelecendo que ele contém determinado ponto de partida e determinado resultado. Este, por sua vez, é ponto de partida para o processo seguinte.

Desse modo, o desenvolvimento é uma variação tal que as etapas posteriores do processo não apenas incluem em si aspectos e elementos de etapas anteriores, ainda que modificadas, como também têm a tendência de conservar o conteúdo positivo dessas etapas.

As etapas posteriores caracterizam o novo, e as etapas anteriores, já vencidas, compõem o velho, estabelecendo uma relação mútua do velho ou antigo como o novo. Essa relação contém a idéia de substituição do antigo através do surgimento do novo, bem como de seu desaparecimento, pois, no mundo, não surge nada do nada, e nada desaparece sem deixar rastro. Qualquer objeto, quaisquer que sejam suas variações, nunca se aniquila pura e simplesmente: de uma ou de outra forma, conservam-se alguns aspectos. O objeto sempre se inclui no resultado da variação.

No entanto, a compreensão da relação do antigo e do novo pressupõe uma transformação contida no movimento de mudança, de pura transformação, embora exista sempre uma negação do novo para o velho. Mas tudo o que era positivo no fenômeno antigo, o que de uma

ou outra forma corresponde às novas condições, conserva-se e inclui-se organizadamente no novo. A relação de objetos antigos, existentes anteriormente, com os novos, que aparecem como resultado de variação, tem lugar independentemente do grau de complexidade da variação.

Assim, o desenvolvimento é uma variação onde as etapas posteriores do processo não apenas incluem em si, de forma modificada, aspectos e elementos das etapas anteriores, mas têm tendência a conservar o conteúdo positivo dessas etapas.

Desse modo, deve-se entender a negação como uma relação entre o antigo e o novo no processo de desenvolvimento, fazendo com que o novo, surgido com base no antigo, ultrapasse-o e, ao mesmo tempo, conserve, de uma ou outra forma, traços positivos e aspectos característicos do antigo. O movimento adquire um caráter de translação. Passa do inferior ao superior, incorporando sinais de complexidade à estrutura do objeto que se transforma. Por isso, diz-se que o movimento é progressista.

Entretanto, ao abordar o progresso no desenvolvimento, é necessário ter em conta a sua natureza contraditória. Geralmente, ele aparece como uma tendência importante ou como a direção principal de variação no mundo objetivo e no pensamento.

O desenvolvimento progressivo está relacionado, frequentemente, com o recuo de alguns componentes e aspectos do objeto em determinadas etapas do desenvolvimento.

A organização do espaço geográfico consiste não só e nem tanto na complicação das formas e organizações sociais mas, antes, na própria medida do desenvolvimento da produção material e realização das principais funções do homem. Aumentando o seu poder em relação à natureza, cada vez mais, e ativamente, as

suas próprias relações sociais com as da natureza.

Em consequência desse caráter, não podemos considerar que o desenvolvimento ocorra em círculo fechado, mesmo que, durante as variações, apareçam etapas de recuo (regresso) temporário. O círculo não se fecha nunca, sempre começam novos e novos ciclos de variações, similares às volutas de uma espiral que se desenrola.

Assim, o traço característico de todo o desenvolvimento é a sua complexidade, a sua contraditoriedade, que não se reduz apenas a mudanças progressivas. O desenvolvimento se faz acompanhar da repetição de algumas particularidades de etapas já passadas e até de retornos a etapas antigas.

Na realidade, certa repetição das etapas já percorridas no processo de desenvolvimento não quer dizer, de modo algum, retorno absoluto ao antigo. Essa repetição se dá em uma base completamente diferente, qualitativamente nova, tendo em conta todo o desenvolvimento acumulado.

A essência da Lei da Negação da negação entende que o desenvolvimento tem um caráter contraditório, em forma de "espiral": ele ocorre de maneira que, em determinadas etapas, se repetem, em novas bases qualitativas, algumas particularidades de etapas passadas.

Essa lei da dialética foi formulada, na sua forma mais geral, por Hegel, não como uma lei mais geral a que obedece o desenvolvimento de todos os objetos ou fenômenos do mundo real, mas, segundo ele, como uma Lei da Idéia Absoluta.

As três leis da dialética caracterizam a compreensão dialético-materialista, entendida como a concepção dialética do desenvolvimento da realidade e, particularmente, o processo de produção que organiza o espaço através do estudo de suas categorias.

As categorias têm caráter objetivo, isto é, não são criações arbitrárias. Elas refletem aspectos, traços ou propriedades importantes dos objetos ou fenômenos que existem na realidade.

As categorias da dialética caracterizam as etapas, os níveis de conhecimento, uma vez que elas refletem, de forma generalizada, os traços essenciais dos mais diferentes objetos ou fenômenos. As categorias são os pontos de apoio, através dos quais se penetra na profundidade dos objetos e na complexa rede de suas relações.

Para melhor estudar as relações de ligações dos objetos considera-se, além das categorias que expressam essas leis, outras que permitam apresentar o processo de variação e desenvolvimento em toda a sua diversidade. Tais categorias envolvem: o particular e o geral, a causa e a consequência, o conteúdo e a forma, essência e o fenômeno a necessidade e a casualidade, a possibilidade e a realidade. Pode-se, brevemente, explicar cada uma dessas categorias:

#### - O Particular e o Geral

O particular é constituído pelos aspectos e sinais próprios de um objeto e inexistentes em outros. O geral é aquilo que os objetos possuem e que vai além dos sinais externos.

Na qualidade de geral, atua a profunda ligação interna, a lei que une os objetos como um todo (unidade).

Esta categoria permite estabelecer analogias entre as formações materiais, confrontando, no particular, e buscando as semelhanças, no geral.

Desse modo, o geral se manifesta sempre em

alguns traços singulares dos objetos, enquanto que o particular é sempre a manifestação, a forma de existência do geral.

### - A Causa e a Consequência

Aquilo que provoca a aparição ou a variação de um objeto ou fenômeno define-se como sua causa, enquanto que a resultante de uma determinada ação é sua consequência.

A causa encontra-se na natureza interna de um objeto ou fenômeno, pois é na natureza interna das coisas que está a razão de sua existência.

No mundo, tudo está relacionado entre si e, deste modo, a cadeia de fenômenos é infinita. Por isso, toda causa é provocada por algo e se apresenta como consequência. A consequência, em outra relação, em uma nova ligação, apresenta-se como uma causa. Daí ser possível deduzir que, entre quaisquer fenômenos, na base de sua simples sequência temporal, existe uma relação de causa-consequência.

A existência da relação causal é um fato objetivo, do qual o homem conhece uma ou outra relação, utilizando tal conhecimento em sua atividade prática.

A relação causal só existe quando o fenômeno que antecede provoca e gera o que lhe sucede. Neste caso, as relações estruturais não são relações de causa e consequência, isto é, as relações de um objeto com outros e com fenômenos que existem simultaneamente com o mesmo é que fazem parte de um determinado todo, de uma determinada estrutura.

É preciso diferenciar, também, da relação causal, a relação entre a aparição de um fenômeno e as condições em que isto ocorre. As condições são os objeto ou fenômenos que, embora não provoquem a aparição daquele



fenômeno especificamente, tornam possível a sua ocorrência e incluem no ritmo, na velocidade e na dimensão desse processo.

Desse modo, a relação causal é apenas uma entre a infinidade de relações diversas em que se encontram os objetos ou fenômenos.

#### - O Conteúdo e a Forma

Ambos estão em correlação orgânica e interdependente, de maneira que um fator não pode existir sem o outro. O conteúdo deve ser visto como um todo unitário, no qual os elementos que compõem um determinado objeto estruturam uma totalidade dialética em movimento.

O conteúdo vem a ser o conjunto de elementos (aspectos, traços, sinais, processos) que compõem o objeto, as suas funções próprias e as ações que realiza.

A forma é a maneira pela qual os componentes do objeto, que definem o conteúdo, se congregam, compondo a forma do conteúdo. Nem sempre, porém, ao variar o conteúdo, a forma varia imediatamente. A forma pode se manter freada por qualquer fator que atue em sentido contrário à influência do conteúdo sobre ela. Por exemplo: se as forças produtivas variam (técnica, instrumentos, meios de produção, pessoas), o que representa mesmo o conteúdo básico da produção social, isto não quer dizer que, após elas, variem, imediatamente, a forma de produção e as relações sociais de produção, que têm por base as formas de propriedade existentes, as formas de distribuição de bens materiais e outras.

Na verdade, a forma possui uma resistência e um conservantismo conhecidos. A forma não é um contrapeso passivo do conteúdo, ela tem um papel independente no desenvolvimento do objeto, é capaz de influir

no conteúdo.

É natural que, se a forma corresponde ao conteúdo, ela cria condições para seu desenvolvimento acelerado. Mas, se surgem contradições entre ambas, o conteúdo não pode desenvolver-se de maneira plena, porque a forma antiga o constrange.

Normalmente, o atraso e a fragilidade da forma não possibilitam avanços mais sérios do desenvolvimento do conteúdo e, por isso, passa a ocorrer uma estagnação e uma perda de ritmo nas relações do objeto prejudicando o seu conteúdo.

#### - A Essência e o Fenômeno

A essência do objeto é a estrutura que lhe dá propriedades, isso é, sua manifestação externa.

O conceito de fenômeno foi usado mais de uma vez, anteriormente para simbolizar aquilo que existe no mundo como algo isolado, relativamente estável, como sinônimo do conceito de objeto, de algo real. Nesse sentido, todos os fenômenos possuem uma qualidade e uma quantidade que lhes são próprias, além de contradições e negações.

No entanto, a categoria de fenômeno tem, também, um significado mais estreito, que caracteriza apenas determinados aspectos, momentos das coisas existentes. Sendo assim, é necessário diferenciá-la da categoria essência. A essência é o conjunto de aspectos ou traços de algo que condiciona suas propriedades externas, observadas e manifestadas quando um objeto interligar-se com outras coisas.

Sendo assim, essência e fenômenos estão intimamente relacionados entre si.

Os homens conhecem, através dos fenômenos,

a essência das coisas e, com base na essência, explicam e podem antever os seus fenômenos.

O fenômeno é a manifestação exterior da essência. Isto significa que a essência de algo não pode existir sem o fenômeno. Mas a relação inseparável da essência e do fenômeno não significa que, entre ambos, não haja nenhuma diferença, nem que sejam equivalentes. Na verdade, a essência e o fenômeno nunca coincidem plenamente, já que são aspectos diferentes de alguma coisa. Como diz Marx (apud KOVALHOV, 1975:131), ao se referir à não coincidência da essência com o fenômeno em relação a nossos sentidos:

"... se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem diretamente, toda a ciência seria supêrflua."

Um exemplo à luz da organização do espaço, neste caso, é dado pelo desenvolvimento da sociedade humana, como coloca KOVALHOV (1975:131):

"A vida social compõe-se das ações dos homens, as quais são portadoras, em geral, de um caráter consciente. Surgindo a impressão de que todas as variações na vida dos homens ocorrem sob a influência dos seus pontos de vista, das suas convicções e teorias. No entanto, isto é apenas uma impressão. Na verdade, o desenvolvimento da sociedade determina-se, antes de mais nada, pelo modo de produção de bens materiais, o qual, sendo o elemento principal da existência dos homens, determina a sua consciência. Esta é a essência real do desenvolvimento da sociedade, ao contrário do que pensa o observador superficial".

#### - A Necessidade e a Casualidade

No mundo, tudo está relacionado e condicionado, tudo tem a sua causa. Mas o que ocorre com os objetos ou fenômenos pode ser devido à sua natureza inte-

rior, como também pode ser motivado por outros objetos ou fenômenos.

Desse modo, o necessário é aquilo que se determina pela natureza interior do objeto, pelos processos que ocorrem nele. O casual é aquilo que está condicionado pela coincidência de circunstâncias externas, não essenciais para um ou outro objeto.

A casualidade está sempre ligada, de uma ou outra forma, com a necessidade. Ela dá forma à sua manifestação, e a necessidade, por seu turno, tem como complemento a casualidade. Isto quer dizer que um acontecimento, casual em certa relação, apresenta-se como necessário em outra.

#### - A Possibilidade e a Realidade

Antes que um objeto ou fenômeno ocorra, é preciso que existam as premissas reais para a sua aparição.

O momento antecedente ao surgimento do objeto está refletido na categoria de possibilidade. Na categoria de realidade, reflete-se um outro momento do desenvolvimento, quando a possibilidade de aparição de um objeto qualquer se realiza, isto é, quando ele aparece realmente.

É preciso diferenciar as possibilidades abstratas (ou formais) e as reais. Se a transformação da possibilidade em realidade só pode ocorrer como resultado de uma coincidência causal de circunstâncias, então tal possibilidade é abstrata. Porém, se as condições para a transformação da possibilidade em realidade derivam, inevitavelmente, da natureza interna dos objetos e fenômenos existentes, então esta possibilidade denomina-se real.

O limite entre as possibilidades abstratas

e reais é muito móvel. No tempo, uma possibilidade abstrata pode transformar-se em real.

A atividade humana é a condição necessária para a transformação da possibilidade em realidade.

Além dessas categorias, que permitem apresentar o processo de variação e desenvolvimento em toda a sua diversidade, existem outras mais complexas e que assume papel importante nas ciências, ou seja: o abstrato e o concreto; o histórico e o lógico; a estrutura e a função; o sistema e o elemento.

O emprego do método dialético, no estudo e conhecimento do espaço geográfico, determina-se como uma análise aprofundada da realidade objetiva, pois, ao mesmo tempo em que analisa, metodicamente, os aspectos e os elementos contraditórios dessa realidade (considerando, portanto, todas as noções antagônicas em curso), distingue as ligações, preocupando-se com os processos para reencontrar a realidade objetiva em sua unidade, no conjunto do seu movimento.

Mais que os outros métodos, a dialética materialista insiste na originalidade de cada gênero dos objetos estudados e, também, em cada objeto em separado. Neste método, cada objeto é apreendido em si mesmo, através das categorias que contém, para fornecer o quadro geral que orienta o conhecimento de cada realidade.

As leis que orientam o processo do método, e as categorias de análise que elas contêm compõem as contradições peculiares ao movimento, a qualidade e as transformações da realidade objetiva. Constituem, enfim, a lógica do método; uma lógica que se subordina ao conteúdo, ao objeto, ao real em estudo.

A aplicação do método dialético-materialista compõe-se:

- da análise das relações essenciais que o objeto matêm (relações de produção e de propriedade), no decurso de um crescimento das forças produtivas;
- das regressões, degradações e transgressões, principalmente no aspecto da cultura e das relações sociais na vida econômica e social dos grupos humanos;
- do conhecimento da produção de novas relações naquilo que o processo reprodutivo utiliza, gerando transformações espaciais como resultado da produção de novas relações que se estabelecem no espaço.

Em consequência da aplicação do método dialético-materialista, será possível apreender os movimentos do processo dialético em profundidade e descobrir que a natureza é dominada, que ela se encontra indissolúvelmente ligada à apropriação. Uma vez destruída, é reconstruída segundo um outro plano, em outro nível (natureza segunda de Marx). Por exemplo: a cidade, como anti-natureza, dá lugar ao espaço produzido pelas relações de produção e de reprodução das forças produtivas que, através do trabalho, agem sobre a natureza criativa (geradora de seres onde a vida e a morte amadurecem, modificando-a e produzindo seu contrário - a anti-natureza).

Pelas considerações anteriores, pode-se perceber que esta abordagem de estudo do espaço geográfico possui, realmente, diferenças básicas de outras abordagens. Aqui, pretende-se explicar o espaço geográfico não pelo que pensamos que ele seja, mas segundo o que ele é; não pelos conceitos que elaboramos sobre a realidade, constituídos a partir de nossos sentidos, mas pela formação de conceitos em nossa consciência, refletidos, verdadeiramente, da realidade segundo o emprego

da forma lógica.

Descobrir o espaço geográfico em seu SER e NÃO-SER e em seu movimento (DEVIR) exige um processo lógico que seja forte o suficiente para refletir tal realidade na consciência humana e criar pensamentos abstratos sem idealismos deturpadores das imagens refletidas. São assim poder-se-ão formar conceitos verdadeiros, que, ao expressarem o movimento espacial, serão o reflexo da realidade do SER e do NÃO-SER.

Esta é a forma de descobrir o espaço geográfico e de conhecê-lo em seu DEVIR, no seu processo organizacional, de identificar o lugar de reprodução das relações de produção, que se sobrepõem à reprodução dos meios de produção. Este é o momento e o instrumento da ordenação espacial, segundo uma lógica do crescimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADIOU, A.; ALTHUSSER, L. Materialismo histórico e materialismo dialético. São Paulo: Global, 1979.
- KOVALHOV, S. M. et al. Manual de materialismo dialético e histórico. Porto: Publicações Escorpiao, 1973. (Série Cadernos O Homem e a Sociedade).
- PRADO Jr., C. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. Seleção de Textos. São Paulo, v. 6, p. 1-39, fev. 1979.
- SANTOS, M. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SILVA, A. C. da. A revolução geográfica no Brasil - 1976 -1983. (As geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica). Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 60, p. 34-140, 1984.